



ATA Nº 1/2023

Aos 23 dias do mês de fevereiro de 2023, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a primeira reunião da primeira sessão ordinária do ano 2023, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação do Relatório da atividade da CPCJ de Espinho em 2022;
2. Assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia;
3. Proposta de prorrogação do prazo de transferência das competências no domínio da ação social até 3 de abril de 2023;
4. Proposta de 1.ª Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Previsionais 2023 (Grandes Opções do Plano e no Orçamento da Receita e da Despesa) para incorporação do saldo da gerência da execução orçamental de 2022;
5. Proposta de reforço dos recursos financeiros afetos ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida referente ao ano letivo de 2022/2023 (ano civil de 2022);
6. Proposta de reforço dos recursos financeiros afetos ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira referente ao ano letivo de 2022/2023 (ano civil de 2022);
7. Proposta de celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida referente ao ano letivo de 2022/2023 (ano civil de 2023);
8. Proposta de celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira referente ao ano letivo de 2022/2023 (ano civil de 2023);
9. Proposta de 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Espinho para 2023;

10. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
11. Aprovação de atas da sessão ordinária de dezembro de 2022 e das sessões extraordinárias de 7 e 21 de dezembro;
12. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, José Adolfo Carvalho Rocha, Rui Manuel Martins Fidalgo, Rosa Martins Freitas Duarte, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Abel Jorge Correia dos Santos, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende, João Paulo do Couto Matos e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e do Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Joana Raquel da Silva Devezas por José Manuel Alves Novo, João Humberto Santos Cunha Bastos por Manuel Augusto Gomes Novais, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto por Manuel Cardoso Pereira

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas e os Senhores Vereadores Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Pontes Rebelo e Maria de Lurdes Santos Ganicho

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, referindo que a sessão seria transmitida em direto



De seguida, deu a palavra à Presidente da CPCJ de Espinho, Enfermeira Sandra Almeida, para apresentar o documento e prestar esclarecimentos quanto à atividade desenvolvida pela Comissão em 2022.

Presidente da AME agradeceu a apresentação, enaltecendo o trabalho excelente e reconhecido que a CPCJ tem produzido em prol das crianças desfavorecidas do concelho,

Interveio o vogal João Matos (BE) agradecendo a presença da CPCJ de Espinho, contudo não acompanhava as palavras do Presidente da AM. Que não entendia a pertinência do vídeo e que depois da apresentação efetuado e da análise ao relatório, verificava-se uma sucessão de informações legais pertinentes, alguns exercícios de contabilidade básica, sem estudo comparativo subjacente, um relatório com sucessivos erros ortográficos, recomendações vazias que não explicavam como eliminar perigos e flagelos, constantes agradecimentos, quer no relatório quer na apresentação, a tudo o que era instituições, para os quais não entendia a pertinência, um conjunto de informações sem ligação e que em nenhum momento viu um diagnóstico social. Relembrou que a CPJC tinha como função munir o poder político de informações para que pudesse atuar e criar respostas para combater e erradicar o flagelo da violência contra quem não se podia defender, nada encontrando no relatório, sendo que considerava inaceitável aquele formato de relatório e de apresentação, exortando a CPCJ à sua reformulação

A presidente da CPCJ esclareceu que o vídeo apresentado se destinava a mostrar às crianças e aos jovens o direito que tinham em ser ouvidos e decidirem. Disse que só conhecendo o que era o sistema de Promoção e Proteção Português se podia ter uma análise crítica sobre o trabalho da CPCJ, ficando ali lançado o repto para uma sessão de desmitificação. Que, legalmente, a Comissão tinha de enviar o relatório à Assembleia Municipal, mas não tinha de ter a sua aprovação, e também para o Ministério Público, que disseram-lhes estar excelente. Referiu que já há três anos que faziam a desmitificação do sistema, reunindo com diversas entidades com intervenção em matéria de infância e juventude para perceberem como funcionava o sistema.

Passou-se aos assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia, com os seguintes documentos

Ana Rezende (CDU): *"Saudação Dia Internacional da Mulher: Em vésperas de comemoração do dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher – há que assinalar que a supressão de todo e qualquer obstáculo que, directa ou indirectamente, pudesse constituir uma discriminação em relação às mulheres, em qualquer aspecto da vida, aconteceu há cerca de 49 anos, com a Revolução de Abril. Mas, a legislação produzida, ao longo deste tempo, embora consagre os direitos das mulheres, não tem sido suficiente para alterar paradigmas sociais e culturais e impedir que, ainda hoje, nos confrontemos com situações de grande desigualdade e injustiça. As mulheres portuguesas continuam a trabalhar muito e a receber pouco, têm elevadas qualificações e são discriminadas nas retribuições, cuidam das crianças e dos idosos e, por isso, são prejudicadas nos direitos laborais e valorização profissional, são empurradas para a pobreza com a precariedade e com os baixos salários, prestações sociais e pensões de reforma baixíssimas, enfrentam, com cada vez mais dificuldades, o aumento do custo de vida, a subida de preços de serviços essenciais, de produtos alimentares, da energia, da habitação, das comunicações e transportes, que afectam a sociedade portuguesa, neste momento, com um impacto muito relevante na vida das famílias e particularmente das mulheres. Há que lembrar ainda o recrudescimento das violências: da doméstica ao namoro (no passado dia 14 de Fevereiro, a PSP deu conta que as queixas por violência no namoro subiram 10% em 5 anos). Há que lembrar também outras violências, como o tráfico de mulheres, a prostituição, a mutilação genital feminina, os casamentos precoces de meninas, o assédio persistente ou perseguição obsessiva, vulgo stalking, a violência sexual, o assédio moral e sexual no local de trabalho, a violência sobre as mulheres e crianças em cenários de guerra, o aliciamento e rapto de mulheres para o negócio de "barrigas de aluguer", para a produção e comercialização de leite materno, para a venda de órgãos e de cabelo e o cyberbullying (na União Europeia, uma em cada dez mulheres afirma ter sido vítima de cyberbullying, desde os 15 anos). Tais atropelos à integridade e dignidade das mulheres produzem consequências devastadoras na sua vida e saúde. As Nações Unidas consideram que a violência é uma causa tão grave de morte e incapacidade, entre as mulheres em idade reprodutiva, como, no seu conjunto, o cancro, outros problemas de saúde, acidentes rodoviários e malária. Nestas circunstâncias, a Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 23 de Fevereiro de 2023, saúda as mulheres portuguesas e as espinhenses em particular, manifestando a sua solidariedade para com todas as mulheres, chamando a atenção dos poderes políticos e da sociedade em geral, de que a promoção da igualdade na vida (pessoal, laboral e*



social) e a valorização da criatividade e das competências das mulheres são um factor essencial para o cumprimento pleno de direitos humanos universais, de desenvolvimento do país e do concelho e de construção de uma democracia plena.”

José Carvalhinho (PS): *“SAUDAÇÃO DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES: As origens do Dia Internacional da Mulher remontam a 1908, ano de grande inquietação e debate crítico a acontecer entre as vozes femininas. A opressão e a desigualdade estimulavam as mulheres no sentido de estas se tornarem mais vocais e ativas na campanha pelas mudanças. Assim, em 1908, cerca de 15 mil mulheres marcharam pela cidade de Nova Iorque, EUA, exigindo menos horas de trabalho, melhores salários e o direito ao voto, fazendo coro às sufragistas europeias, mulheres que lutavam pelo direito ao voto em Londres e Paris. O primeiro Dia Nacional da Mulher foi celebrado nos EUA a 28 de fevereiro desse ano. O Partido Socialista da América comemorou este dia em homenagem à greve das trabalhadoras têxteis, de que falamos no parágrafo supra. O Dia Internacional da Mulher tem sido comemorado desde o início dos anos 1900, uma época de grande expansão e turbulência no mundo industrializado. Originalmente conhecido como o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, as suas raízes estão na luta socialista, e não feminista, do início do século XX. Embora alguns dias nacionais tenham sido celebrados antes de 1911, o dia 18 de março desse ano marcou o primeiro Dia Internacional, seguindo uma proposta discutida durante a segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em 1910, da comunista alemã Clara Zetkin. Mais tarde, a comemoração passaria a ter lugar no dia 8 de março. Não podemos esquecer o facto histórico que deu origem ao mito foi a greve de tecelãs e costureiras de Petrogrado (atual São Petersburgo), na Rússia, em 1917, em plena Primeira Guerra Mundial. No dia 23 de fevereiro, mediante o calendário russo (8 de março no ocidental), as socialistas celebraram o seu primeiro Dia da Mulher. A greve por "pão e paz" obrigou-as a sair das fábricas e a "coleccionar" operários e operárias, naqueles que foram dias de confrontos com a polícia e com os soldados. Em março de 1917, os protestos atingem um ponto de não retorno. As trabalhadoras saem à rua logo a 7 de março, na véspera do Dia Internacional da Mulher, e a contestação espontânea alastra até ao dia 13, quando os guardas fiéis ao czar perdem o controlo das ruas de Petrogrado. Estava feita a Revolução de Fevereiro, segundo o calendário juliano, que viria a ser trocado pelo gregoriano logo após 1917. Mas esta é uma luta inacabada, os direitos das mulheres fizeram um progresso significativo nas últimas décadas, da abolição de leis discriminatórias ao aumento do número de*

raparigas a frequentar a escola. Mas agora enfrentamos uma forte reação no sentido contrário. As proteções legais contra as violações e os abusos domésticos estão a ser diluídas em alguns países e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres estão a ser ameaçados. "Tudo isto porque a igualdade de género é fundamentalmente uma questão de poder." Séculos de discriminação e de patriarcado profundamente enraizado criaram uma lacuna de poder de género nas nossas economias, sistemas políticos, empresas e cultura. Em Portugal as mulheres continuam a ganhar menos que os homens, era de 14% e com o aumento da escolaridade este gap aumenta para 25,5%. As disparidades salariais aumentam ao longo da vida estando as mulheres mais idosas mais exposta à pobreza do que os homens, 28,2%. A violência contra as mulheres e doméstica é uma grave violação dos direitos humanos e uma forma de discriminação com impacto não apenas nas vítimas, mas na sociedade no seu conjunto continua a ser um flagelo em Portugal, em 2022 foram assassinadas cerca de 30 mulheres. A desigualdade de género tem a sua raiz na subvalorização social pelo feminino e pelas mulheres, exceto no que diz respeito às funções específicas de reprodução. Este fator tem sido a base na desigualdade histórica entre homens e mulheres e, apesar dos progressos atingidos em muitos países do mundo, ele persiste e pode reproduzir-se através dos novos meios tecnológicos de comunicação. A evolução tecnológica e digital que integra a inteligência artificial constitui um dos maiores desafios para o futuro da igualdade de género. Hoje, a igualdade entre mulheres e homens é considerada em todo o mundo uma questão de Direitos Humanos e uma condição de justiça social, necessária para que as sociedades se tornem mais modernas e mais equitativas. É, por isso, um requisito para o desenvolvimento e a paz e, nos países democráticos, uma condição para o exercício efetivo e pleno da cidadania. Pelo exposto a Assembleia Municipal de Espinho reunida na sua 1ª sessão plenária de 2023 a 23 de fevereiro de 2023 delibera aprovar uma Saudação às Mulheres lembrando que uma das tarefas fundamentais do Estado Português é a promoção da igualdade entre mulheres e homens, tal como consta na Constituição da República Portuguesa. Esta obrigação é inseparável do facto da igualdade social e da liberdade serem princípios estruturantes da democracia, assim como de qualquer sociedade que garanta plenamente a não-discriminação em função do sexo."

Foram feitas as seguintes intervenções:



João Matos (BE), relativamente à saudação da CDU, referiu que o BE não se revia na visão imbuída no texto onde a prostituição é entendida como violência e não como trabalho sexual, entendendo que era marginalizante e desviava o foco do essencial, da importância de promover um quadro legal que reforçasse a proteção laboral de pessoas que faziam trabalho sexual e da promoção de programas de saúde primários e de gabinetes específicos para a denuncia de crimes e de abusos associados. Que votaria favoravelmente por concordar com o teor geral da proposta, fazendo, contudo, notar que a CDU referia a valorização da criatividade e competências das mulheres e considerava que apartar aquela valorização não igualizava a situação das mulheres em relação aos homens, ficando ali algumas dúvidas do pretendido. Disse ainda que aquela preocupação da CDU não tinha respaldo em algumas ações da própria CDU e PCP, nomeadamente no que respeita à Lei da Paridade de 2006, a que o PCP deu o chumbo. Relativamente à saudação do PS, referiu que não mudavam o mundo através da fraseologia, e era interessante que o PS olhasse para dentro, para o partido que governou e governava o país e que segundo os dados do ministério do trabalho as desigualdades de remuneração e ganhos médios entre homens e mulheres com o ensino básico era de menos 130 euros mensais, com o ensino secundário a diferença era de menos 200 euros/mês, com o ensino superior menos 505 euros/mês. Que em 2019 a percentagem de mulheres a receber o salário mínimo nacional era 48% superior à percentagem dos homens, sendo que, com a subida do salário mínimo, atualmente ainda devia ser maior. Acrescentou que também era resultado da governação PS, a desigualdade salarial como instrumento para dar lucro, uma vez que as mulheres, com a mesma escolaridade e qualificação que os homens, em 2020, teriam recebido mais 5 milhões de euros se tivessem os mesmos salários.

Ana Rezende (CDU) protestou, referindo que as duas saudações apontavam os vários problemas que ainda hoje viviam em torno da igualdade de género e que era no mundo laboral que, de forma mais gritante, se faziam sentir, sendo certo que era nos cargos de topo que se sentia o maior fosso e desigualdade salarial entre homens e mulheres e era nos grupos menos favorecidos economicamente que as mulheres mais sofriam, embora a igualdade de género não escolhesse grupos económicos. Acrescentou que a prostituição continuava a ser uma forma de opressão sobre as mulheres maioritariamente e que, pondo por hipótese que algumas mulheres se dedicassem à atividade por gosto próprio, acreditava que eram uma franca minoria, sendo que as estatísticas não a desmentiriam. Perguntou quem pretendiam proteger

com a nomenclatura de trabalhadoras do sexo, se as trabalhadoras ou os proprietários das casas de alternes. Sobre a lei da paridade, disse que o BE devia documentar-se e perceber a razão do PCP ter votado contra, acrescentando que o PCP sempre lutou pela igualdade de género, pela luta das mulheres, que sempre apoiou, denunciou e reivindicou, pelo que era despiendo a intervenção do BE à respeito.

João Matos (BE) contra protestou dizendo que a prostituição, o trabalho sexual, continuavam na escuridão e por não estar sob a luz legal, não existia qualquer estatística e qualquer leitura fidedigna sobre aquele flagelo. Disse que o BE apenas fez um reparo ao documento apresentado pela CDU quanto à valorização da criatividade das competências das mulheres e que a realidade era que o PCP “*chumbou*” a lei da paridade

Alexandra Flor Bastos (PSD) disse que o PSD votaria os dois documentos favoravelmente. Acrescentou que Portugal era o país dos recibos verdes e que as mulheres, na cultura, precisavam de ser apoiadas pelo que não lhe fazia qualquer obscuridão a frase sobre a valorização da criatividade e competências das mulheres constante do documento da CDU. Que não existiam meios materiais para terem uma política de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica.

Teixeira Lopes (PS) disse que ficava perplexo quando se renegava a história ao falar da situação da mulher, nomeadamente com a intervenção do vogal do BE que subestimava a história do movimento emancipador da mulher, lembrando que no tempo de Salazar as mulheres tinham direitos muito limitados e que, de acordo com a lei em vigor à época, o casamento das professoras não poderia realizar-se sem autorização do Ministro da Educação Nacional, que só a concederia se o pretendente tivesse bom comportamento moral e civil e vencimentos ou rendimentos, documentalmente comprovados, em harmonia com os vencimentos da professora, sendo que os processos deviam trazer o parecer dos diretores dos distritos escolares. Quanto à prostituição ou trabalhadoras de sexo, até nos jornais podiam ficar a saber o que podia ser feito e até a possibilidade de escolha da pessoa, sendo que se devia terminar com aquele tipo de exploração a que as mulheres eram obrigadas para sobreviver, podendo-se ainda acrescentar algum carácter de ordem moral naquela matéria, mas sabiam como muitas vezes a moral era menosprezada e subestimada por algo como arranjar salário para ter alimentação, renda de casa, etc.



Que a história era importante para perceberem as dificuldades, os combates permanentes e nunca esperar que a situação das mulheres estava libertada definitivamente de todas as amaras de origem profissional, social, política, cultural ou moral.

João Matos (BE) protestou e disse que lamentava a pesporrência com que o vogal Teixeira Lopes abordava o tema, referindo ainda que o BE renegava a história. Que o vogal do PS tinha recuado a tempos salazaristas para dizer que agora é que era bom e, que, com a sua intervenção, em torno do que era um flagelo, recordou-lhe uma passagem de uma canção de Sérgio Godinho que referia *“eu hoje venho aqui falar duma coisa que me anda a atormentar e quanto mais eu penso mais eu cismo como é que gente socialista desiste do socialismo”*. Que o vogal Teixeira Lopes renegava ao socialismo com a sua intervenção

Teixeira Lopes (PS) contra protestou dizendo que o pedantismo político e ideológico do vogal do BE não devia muito ao que deviam ser naquela Assembleia. Referiu que por diversas vezes o vogal do BE tentava perturbá-lo com as suas intervenções, mas que não conseguia. Fez notar que o vogal do BE vinha ali, utilizando artifícios de linguagem, acusar os outros daquilo que não deixava de ser, não passando de um pequeno burguês, radical de fachada socialista, vendendo a sua banha de cobra. Não admitia que o acusasse de renegar algo pelo que lutou toda a sua vida.

Ana Rezende (CDU) agradeceu à vogal do PSD, Alexandra Bastos, por ter percebido a saudação da CDU em dois domínios, nomeadamente sobre a valorização da criatividade e que evidentemente não estava a falar de labores femininos, mas sim quanto ao trabalho das mulheres no meio artístico que viviam com os famigerados recibos verdes. Disse que para além do casamento das professoras referido pelo vogal do PS Teixeira Lopes, também as enfermeiras tinham de pedir autorização para casar e que o noivo tinha de garantir uma condição salarial superior, por ser inadmissível que a mulher ganhasse mais do que o marido. Que nos dias de hoje, continuava-se com a prática enraizada em que para o mesmo trabalho, categoria profissional, para as mesmas funções, as mulheres continuavam a ganhar menos do que os homens. Que o Secretario Geral das Nações Unidas, António Guterres, dizia que aquela discriminação era uma questão de poder. Acrescentou que, para além de ser uma questão de poder era uma questão económica, em que tudo servia para discriminar.

Salientou a falta de resposta do sistema para os crimes de violência doméstica, não existindo acompanhamento das vítimas

José Carvalhinho (PS) disse que as fontes da sua saudação eram da Comissão para a Igualdade do Género e garantiu ao vogal do BE que o PS, nos seus 50 anos de história, já fizera mais pela igualdade do género do que alguma vez o BE o faria.

Votação: os dois documentos foram aprovados por unanimidade dos presentes.

João Matos (BE): *"Promover a escola pública e o trabalho justo dos profissionais que a constituem: A Escola Pública é um dos pilares da democracia, nela se materializando o direito constitucional à educação. A ampliação da Escola Pública a todo o território e o alargamento da escolaridade obrigatória foram tarefas cumpridas por gerações de profissionais da educação que, às portas dos 50 anos do 25 de Abril, vêem degradar-se as suas condições de trabalho. Com efeito, não nos podemos resignar à convocatória do imaginário colectivo da revolução, nem a apelos à razoabilidade dos agentes políticos que exercem o poder. Tal vem-se comprovando manifestamente incapaz de reverter o continuado desinvestimento por parte do Estado neste sector, nem tampouco de impedir os recuos programáticos que serviram para desfigurar as próprias credenciais democráticas da Escola Pública. Como alguém certa vez sancionou, o curso da História não se muda através da fraseologia. Os sinais da degradação são sobejamente conhecidos: milhares de alunos sem professor a pelo menos uma disciplina todos os anos; desvalorização da carreira docente; persistente condição precária de vida e estabelecimento de regras concursais geradoras de instabilidade; abandono massivo da profissão docente pelas vítimas da ortodoxia austeritária continuada; e, conseqüentemente, o minguar de novos agentes com motivação pela docência, dispostos às agruras de uma imprevisibilidade sempiterna. Ao longo dos anos, o Governo PS tem-se recusado a tomar medidas justas de valorização da carreira docente, como a recuperação de todo o tempo de serviço dos professores e a imprescindível negociação com os representantes dos docentes para a criação de um novo regime de recrutamento e mobilidade. O Governo, impondo regras avulsas, numa lógica ameaçadora e até repressiva, criou ainda mais entropia num sistema que é já uma manta de retalhos. De forma também avulsa e sem ouvir as comunidades educativas, o Governo tem empurrado para as autarquias competências em matéria educativa, de como a recente Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2022, 14 de dezembro de 2022, é peça paradigmática de uma reforma feita de*



costas para os trabalhadores e para a população, criando-se o espectro de uma maior centralização de decisões nos municípios, em comunidades intermunicipais e em supostos conselhos de diretores. A resposta dos docentes tem sido forte e combativa, assumindo a forma de protestos, comícios, apelos públicos e populares, aos políticos e às empresas, e um movimento solidário de greve que nos prova que os trabalhadores não estão isolados quando lutam pelos seus direitos. Os processos de municipalização e de regionalização da educação são propícios à atomização dos sistemas educativos, forjando novas e mais intensas assimetrias territoriais. A denúncia, a crítica e a proposta que contraria estes processos passam, para o Bloco de Esquerda, pela urgente democratização das Escolas, passando estas a assumir competências adequadas à escala de cada comunidade educativa. Há, hoje, partidos com representação parlamentar que defendem a extinção do Ministério da Educação e patrocinam a privatização total do sistema de ensino português. É também evidente que há, nos partidos tradicionais, muito quem pense que o melhor a fazer no ensino público é o que há muito se faz no SNS: deixar o público mirrar para que o privado floresça. O vírus liberal espalha-se na educação sempre que subsidiámos, seja através de contratos, seja através de benefícios fiscais, as moralmente distorcidas preferências elitistas das famílias em matérias de educação privada. Estas têm externalidades negativas para o conjunto da comunidade, por exemplo através da criação de barreiras de classe cada vez mais intransponíveis. Mas este vírus espalha-se também sempre que descuramos as relações sociais subjacentes à provisão. Isto acontece quando os trabalhadores deste sector e os sindicatos que os representam são tratados como alvos a abater, fazendo-se convergir as relações laborais na esfera pública com a maior desigualdade e precariedade que campeia na privada. A educação é sempre um campo de batalha, como todos os restantes sistemas de provisão. Há um esforço das direitas para erodir a diferença entre a escola pública e a privada, promovendo o capitalismo educativo com dinheiros públicos. Têm sido as esquerdas a bloquear este esforço. Saúda-se por isso o chumbo dos manuais gratuitos no ensino privado: quem tem mais dinheiro, tende a ter mais vícios. Era o que mais faltava que estes vícios, do elitismo ao egoísmo, passando pela convicção de que o dinheiro tudo compra, incluindo um certo ambiente socialmente higienizado, andassem a ser subsidiados pelo Estado. Falta acabar totalmente com os contratos de associação, apesar do esforço já feito para moralizar este vínculo, e deixar de conceder benefícios fiscais regressivos a despesas educativas. Isto também acontece quando a lógica cooperativa dos mecanismos democráticos de gestão colegial das escolas é substituída

pela lógica do comando empresarial, na figura de um director todo-poderoso, associada à perversa promoção da concorrência entre escolas. Esta última tendência é igualmente favorecida pelo perigo da crescente municipalização do ensino público no nosso país. A escola, mesmo que formalmente pública, tenderá assim a ficar refém de directores pouco escrutinados e da lógica clientelar de muitos municípios – e, lamentavelmente, ninguém poderá asseverar que o nosso é excepção, permanecendo imune às trocas de favores, benefícios ou serviços políticos ou relacionados com a vida política. Em conjunto, os directores poderão ter, a breve trecho, em si concentrado o poder para contratar e despedir pessoal docente e não-docente cada vez mais precário. O vírus liberal emerge também na selecção e exclusão dos alunos pelas escolas públicas, imitando as práticas das escolas privadas, de acordo com o capital económico e cultural das famílias, determinante no sucesso escolar, ou com as necessidades dos alunos. O reforço da uniformização das escolas – escolas para ricos e escolas para pobres –, num país desigual e com taxas recorde de pobreza infantil, tem de ser travado através de batalhas em múltiplas frentes. A potência do vírus liberal está na sua capacidade mutante, na forma como se adapta aos vários sistemas de provisão sem perder a sua natureza. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho, reunida em 23 de Fevereiro de 2023, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: 1. Recomendar ao Governo que proceda à recuperação de todo o tempo de serviço dos docentes, garantindo a todos os docentes o seu posicionamento no escalão remuneratório correspondente ao tempo efetivamente prestado, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Estatuto da Carreira Docente. 2. Recomendar ao Governo que reveja, mediante negociação sindical, o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho. 3. Recomendar ao Governo que crie, mediante negociação sindical, um regime específico de aposentação dos docentes de forma a garantir o término de actividade num tempo justo e a assegurar a necessária inadiável renovação do corpo docente.”

Foram feitas as seguintes intervenções:

Paulo Leite (PSD) disse que aquele documento fazia um certo posicionamento, mais ou menos baralhado, sendo verdade que havia sinais de degradação. Que se tendia a diabolizar os professores quando faziam greve, mas que o próprio governo deixava os alunos sem professores em tempo de aulas. Que aquela luta dos professores fazia



sentido, pretendendo-se criar condições para a qualidade da educação e para que os seus profissionais fossem devidamente reconhecidos. Que a carreira dos professores era difícil, com cada vez menos respeito pela profissão, com professores a sair da sua habitação, de junto das suas famílias para longe, com rendimentos inadequados à importância da profissão e com cada vez menos pessoas a optar pela docência. Sobre o referido no documento que o PS, ao longo dos anos tinha-se recusado a tomar medidas justas de valorização da carreira docente, disse que houve um governo que, sem ter ganho eleições, formando a chamada geringonça, onde também estava o BE e a CDU, suportando a possibilidade do governo existir, era estranho que agora, tendo o BE saído da geringonça, levante o tema daquela forma, sendo que também teve oportunidade para ter um papel mais aprofundado na resolução dos problemas. Que na questão da descentralização na educação, era normal que as pessoas apresentassem sugestões de melhorias nas escolas aos Presidentes das Câmaras e das Juntas de Freguesia, que as gostariam de implementar, mas na verdade a descentralização feita do governo para os municípios consistiam apenas em assuntos básicos de manutenção das escolas, transferindo-se as despesas e mantendo as decisões ao nível central. Quanto ao interesse em fazer desenvolver um negócio em torno da saúde e também da educação, disse que se repararem, desde que implementadas as ideologias que tendiam a fazer com que o público resolvesse todas as situações, cada vez mais pessoas fugiam para o privado, sendo que não tinha havido política mais favorável ao privado do que as políticas que tinham sido seguidas pelo PS e apoiadas pelo BE e pela CDU. Que era melhor para todos, terem um serviço nacional em que os privados também fizessem parte, o que poderia trazer benefícios à população tanto na saúde como na educação.

Ana Rezende (CDU) protestou dizendo que a CDU não fez parte de nenhum governo do partido socialista, mas através da aprovação de orçamento, viabilizou um governo minoritário para romper com o estado de coisas que vinha de um governo PSD-CDS, pelo que tinham de ser rigorosos nos termos e linguagem utilizados. Que, na base da negociação para que o governo PS se pudesse manter, muitas medidas em torno da educação, nomeadamente a gratuitidade dos manuais escolares, foram aprovadas por proposta do PCP. Que sempre tentaram exercer a sua esfera de influências, embora o PS nem sempre concordou com as propostas. Que o problema da contagem de tempo na carreira docente, o seu congelamento, era algo que vinha da responsabilidade do governo PSD-CDS. Que era bom saber quem continuava a lutar e queria uma escola

pública democrática e quem não queria, com professores condignamente tratados, que tivessem direito a progressão na carreira. Que o governo teria de tomar medidas sérias se queria defender a escola pública democráticas acrescentando que a CDU votaria o documento favoravelmente

Paulo Leite (PSD) protestou, referindo que a luta que a CDU teve enquanto fez parte da geringonça tinha ali o seu resultado. Que o PSD tinha lutado naquelas questões, mas não compravam a ideia de que só o público funcionava. Disse que o congelamento da carreira foi feito pelo resultado das políticas de um governo socialista que deixou um país completamente de tanga, sendo que o PSD fez um trabalho de recuperação do país e que mesmo assim ganhou eleições, que foram subvertidas pelo governo PS com o apoio do BE e do PCP, impedindo o caminho de recuperação do país, acrescentando que aquele governo de coligação não as descongelou. Perguntou com que coragem vinham agora falar naqueles temas quando os impediram. Disse que concordava com as questões expostas no documento e sabia que podia haver dificuldades financeiras para o Estado

Ana Rezende (CDU) contra protestou referindo que, depois da intervenção do vogal Paulo Leite, concluía que a culpa era do PS e do PSD, voltando a referir que a CDU não fez parte do governo, como o vogal Paulo Leite muito bem sabia

Teixeira Lopes (PS) referiu que o problema da educação era muito mais profundo e complexo do que ali estavam a abordar de uma forma simplista. Que foi professor 39 anos e que em 1971 ajudou a fundar grupos de estudos do pessoal do ensino docente preparatório e secundário, estando na origem do movimento docente que se seguiu ao 25 de abril e com um papel importantíssimo antes do 25 de abril sobretudo na aquisição de consciência sindical na classe docente, porque se tratava de saber quantos professores tinham formação científica, pedagógica e didática, concluindo-se que não tinham, existindo poucas escolas para formar professores. Que, naquela época existia em Espinho o chamado triciclo Sá Couto formado pela antiga escola Industrial e Comercial, pelo Palacete Rosa Pena e as instalações do antigo colégio São Luiz, tendo-se depois construído o ciclo preparatório Sá Couto e as restantes escolas do concelho acompanhada da formação de professores, constituição de quadros de professores, tudo emoldurado pelo conceito de escola pública democrática. Disse que um amigo seu, Prof. Agostinho Lopes, por volta dos anos 70, 71, tinha escrito um opúsculo denominado "A política de mão de obra barata do Ministério da Educação



nacional” que deu brado em Portugal, retratando a situação dos professores. Que o problema dos professores já vinha de longe. Que o quadro dos professores era a grande problemática do que atualmente levou os professores à rua e que passados anos sobre a grande manifestação dos professores que organizou e participou, no tempo de Maria de Lourdes Silva, repetiu-se o mesmo, concluindo que havia um problema gravíssimo com a situação dos professores em Portugal e que era preciso defini-la de uma vez por todas

Paulo Leite (PSD) disse que ser professor não era uma carreira atrativa por todas as razões já ali discutidas e que por exemplo no ensino profissionalizante em que havia instituições que podiam fazer bem melhor do que na escola pública e com as quais deveriam existir contratos de associação, contrariamente ao referido pelo BE, porque o privado não era um mal em si só e que a associação do Estado ao privado só teria vantagens tanto na educação como na saúde. Disse que o PSD votaria a recomendação favoravelmente, não pelos seus considerandos, muito deles errados e com que discordavam, mas pela sua parte deliberativa. Referiu ainda que existiam outras profissões em que também faria sentido criar-se um regime específico de aposentação, conforme referido no ponto 3.

Votação: o documento foi aprovado por unanimidade dos presentes.

Declarações de voto:

Paulo Leite (PSD) “Votaram favoravelmente pela parte deliberativa, embora não estivessem totalmente de acordo com os considerandos porque careciam de falta de precisão ou por não serem merecedores do nosso acordo.”

José Carvalhinho (PS) “Discordando de muitos pontos da parte da proposta, concordavam com a parte deliberativa e votaram exclusivamente por esse motivo”.

Dado ter-se esgotado o tempo regimental para o PAOD, e dado o adiantado da hora e atendendo ainda a urgência de discussão do **ponto 3. Proposta de prorrogação do prazo de transferência das competências no domínio da ação social até 3 de abril de 2023**, o Presidente da AME propôs que os restantes documentos do PAOD fossem discutidos numa próxima reunião. Não havendo oposição, deu a palavra à Câmara Municipal para esclarecimentos, tendo a sua Presidente referindo que prescindia.

Interveio Ana Rezende (CDU) dizendo que seria interessante saber do executivo em que ponto de situação estava aquele assunto e reafirmou que a CDU não concordava com aquela transferência. Que obviamente que votariam favoravelmente todo e qualquer adiamento permitido por lei

A vereadora Leonor Fonseca referiu que, inicialmente, não prestou esclarecimentos porque as alterações, em relação à última Assembleia, não foram muito significativas, dado que apenas foi alterada a verba disponibilizada pela tutela, que era de cerca de 300 mil e foi aumentada em cerca de 90 mil euros. Disse que iriam protocolar com as instituições que estavam no terreno, ou seja, ADCE, Cerciespinho, Centro Social de Paramos, Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Protocolo de Rendimento Social de Inserção, assumindo a Câmara Municipal as respetivas despesas e apoios eventuais. Que Espinho estava bem posicionado no panorama nacional porque, enquanto nos grandes territórios, os técnicos tinham inúmero volume processual, em Espinho, o rácio atribuído ia fazer com que cada técnico pudesse trabalhar um número de processos que considerava ser sensato. Que, com o reforço da verba conseguiriam cobrir as despesas que não estavam acauteladas inicialmente, tais como economato, instalações e ainda retirar um excedente para os apoios eventuais. Que a transferência iria decorrer sem sobressaltos, sem despedimentos nas instituições a nível de recursos humanos.

Paulo Leite (PSD) referiu que o PSD votaria favoravelmente, embora as explicações dadas foram pouco precisas, nomeadamente no que se referia aos valores e que não percebeu se já havia protocolos com as instituições ou se estavam a ser desenvolvidos e perguntou se a Vereadora estava a pensar que algo poderia correr mal quando referiu que a transferência iria decorrer sem sobressaltos, sem despedimentos e também se aquela transferência seria boa ou má para Espinho, se o envelope financeiro cobriria as responsabilidades e ainda se estavam a adiar a transferência porque não se prepararam atempadamente

Vereadora Leonor Fonseca esclareceu que não tinha de momento o documento onde constavam os valores precisos, mas que faria chegar à Assembleia aqueles valores. Acrescentou que fizeram reuniões frequentes com a comissão de acompanhamento da Segurança Social e chegaram a um consenso transversal a vários municípios, sendo que tinham conseguido uma decisão consentânea de forma que não houvesse prejuízo. Que em Espinho se manteriam os mesmos os técnicos, o que era bom no



sentido de continuarem a acompanhar os processos anteriores. Que não iriam ter intervenção direta no conteúdo e mérito das decisões, tal como acontecia na educação, limitando-se a assumir os recursos humanos, pagamento das despesas e que embora não fosse uma situação muito confortável, sendo obrigatória, tinham de se ajustar

Ana Rezende (CDU) disse que o município teve, com certeza, de fazer algum estudo das reais necessidades em matéria de apoios sociais, nomeadamente em termos financeiros e perguntou se, no global, o envelope financeiro correspondia às necessidades.

Vereadora Leonor Fonseca disse que foi feito um diagnóstico das necessidades e que o que os preocupava, como anteriormente já preocupava a segurança social e a população, era que os apoios eventuais nunca eram demais e que se tivessem um acréscimo enorme de processos os apoios eventuais não seriam suficientes, tal como acontecia já com a Segurança Social. Que os protocolos que iriam fazer com as instituições seriam pelo período de um ano, dado tratar-se de uma realidade nova à qual as instituições e a autarquia se teriam de ajustar

João Matos (BE) referiu que acompanhava as questões trazidas pelo PSD e pela CDU e acrescentou que a Assembleia municipal sabia que aquele assunto era urgente e não podia transitar para uma reunião seguinte, sendo que a vereadora vinha completamente impreparada para um debate sobre uma matéria de tal modo importante. Que o BE se iria abster porque condenavam aquela transferência de competências imposta, que em nada respondia aos interesses populares, sendo a burocratização do Estado no seu melhor

Vereadora Leonor Fonseca fez notar que estavam a debater a prorrogação do prazo da transferência de competências

Paulo Leite (PSD) disse que estava ali em questão tudo e não apenas a prorrogação do prazo, fazendo notar que todas já tinham percebido que não era algo bom, sendo curioso que viesse do governo PS e sendo também a Câmara PS ainda não tinha ouvido o executivo dizer que queria melhor do que aquela transferência. Disse que lhe parecia que o papel executado pela Segurança Social agora seria executado pela Câmara Municipal e perguntou em que seria gasta a verba transferida

Ana Rezende (CDU) pediu que fosse fornecido o estudo feito por parte do executivo sobre as tarefas que a Câmara Municipal vai ter de executar e qual o seu impacto financeiro.

Votação: aprovado com 24 votos a favor e 1 abstenção

Minuta de Deliberação: A Assembleia Municipal de Espinho, no uso das suas competências, deliberou ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro, acionar o mecanismo previsto na norma legal acima referida e manifestar à Direção-Geral das Autarquias Locais, até ao final de fevereiro de 2023, a intenção do Município de Espinho de prorrogar o prazo o prazo de transferência das competências para esta autarquia, no domínio da ação social, até 3 de abril de 2023. A decisão foi tomada com 24 votos a favor e 1 abstenção. A presente minuta, aprovada pelo plenário, possui os devidos efeitos executórios nos termos legais aplicáveis

Não havendo intervenções por parte do público presente, a reunião foi dada por encerrada.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
